

SEMÂNTICA, PRAGMÁTICA E TRADUÇÃO

SEMANTICS, PRAGMATICS AND TRANSLATION

Albeiro Mejia Trujillo¹

Resumo: A Semântica é uma área da Linguística relativamente nova que tem por objeto desvendar o sentido dos termos no contexto proposicional e discursivo, dentro dos princípios de boa formação. A Semântica estabelece os princípios de semiose ou interpretação que as formações Lógicas e Sintáticas não conseguem definir, assim como também supera as limitações de significação dos estudos etimológicos e da Lexicologia. Aborda-se, ao longo do texto, além de alguns elementos históricos relevantes, a síntese de três vertentes da semântica que são: Semântica Interpretativa, Gerativa, e Estruturalista para, finalmente, estabelecer a relação entre Semântica, Pragmática e Interpretação com um foco na análise fenomenológica.

Palavras-Chave: Expressão; Interpretação; Léxico; Sentido; Significação.

Abstract: Semantics is a relatively new area of Linguistics whose objective is to unveil the meaning of the terms in propositional and discursive context, within the principles of good formation. The Semantic lays the principles of semiosis or interpretation that Syntactic and Logical formations do not define, as well as overcomes the limitations of significance of Lexicology and etymological studies. It is approached in the text, in addition to some relevant historical elements, the synthesis of three aspects of semantics that are: Interpretive, Generative, and Structuralist Semantics, to finally establish the relationship between Semantics, Pragmatics, and Interpretation with a focus on the phenomenological analysis.

Keywords: Expression; Interpretation; Lexicon; Meaning; Significance.

Introdução

A linguagem humana tem sido objeto de atenção pelo próprio homem que buscando entendê-la fez, e continua a fazer, suposições e aplicações que vão de conceitos metafísicos, passando por teorias de diversa ordem, descrições históricas e historiográficas, até exposições do funcionamento das línguas particulares. Diante da inexistência de uma “ciência da linguagem”, no período anterior ao século XIX, os estudos linguísticos eram domínio da Filosofia, Antropologia, Biologia, e até a Medicina. Com base nos estudos aristotélicos e durante a idade média a Lógica, Gramática e Retórica eram tratadas como disciplinas que abrangiam o estudo da morfologia, sintaxe, lexicologia e, até, a variação de sentido dos termos.

Desde suas origens, no século XIX, a Linguística não tem conseguido reunir os componentes essenciais à compreensão do fenômeno linguístico, e vem oscilando entre

¹ Formado em Filosofia/Sociologia e Letras, Mestre em Teoria Literária (UnB), Doutor em Literatura (UnB), e Pós-Doutorado em Gramaticologia (PUC/SP). Instituição UNIPLAN-DF. E-mail: malbeiro@yahoo.com.br

preocupações teóricas e a perda de sua identidade ao cair em abordagens correlatas a domínios de outras ciências. A fonética e fonologia, morfologia e sintaxe tem sido uma base relativamente estável da Linguística, sendo que campos como a neurolinguística, psicolinguística, sociolinguística, variacionismo, gêneros discursivos, análise do discurso entre outros campos de estudo da língua têm levado ao abandono da historiografia linguística, filologia, semântica e, a mais rejeitada de todas que é a gramaticologia.

As Escolas e/ou Círculos linguísticos de Praga, Copenhague, Moscou, Estados Unidos entre outras, em muitos de seus aspectos, ficaram tão próximas das análises feitas pela Filosofia que se torna difícil separar as teorias linguísticas, da filosofia da linguagem desenvolvida, sobretudo, pelo Círculo de Viena e seus seguidores. A essa altura, salvo alguns movimentos franceses e alemães, a preocupação linguística era lógico-sintática, com uma redução do “sentido” da língua a meros termos lexicográficos, fato fácil de se entender se analisarmos a descrição positivista como são apresentados nos Dicionários os termos isolados de uma língua.

A compreensão de que a Lógica, Sintaxe e Lexicologia não conseguem espremer o potencial polissêmico dos termos linguísticos nas funções expressivas, conforme os contextos e circunstâncias de cada época e lugar, contribuiu para que a preocupação com o sentido profundo dos enunciados linguísticos tivesse um instrumento próprio denominado de **Semântica** e que aos poucos vem se firmando como um dos domínios da Linguística, embora haja movimentos que se refiram à Semântica como uma ciência autônoma, da mesma forma que o fazem com a Filologia, Gramaticologia, Lexicologia e a Semiótica.

Aspectos históricos da Semântica

Há dois ramos importantes da linguística que tratam diretamente das palavras: a etimologia que é o estudo da origem das palavras e, a lexicologia que é o estudo do significado das palavras. Com a limitação das descrições lexicográficas e etimológicas para a compreensão plena dos discursos surge, num período relativamente recente, um novo campo de estudo da linguagem. No século XIX surgiu a necessidade de criar, dentro da Linguística, uma área autônoma do significado, e é então que emerge a semântica como uma divisão importante da Ciência da Linguagem.

O fato da Semântica haver-se firmado como área da Linguística há relativamente pouco tempo, não quer dizer que os antigos gregos e latinos fossem indiferentes aos problemas do significado, mas, pelo contrário, os mesmos fizeram penetrantes observações acerca do emprego e do sentido das palavras e mencionaram diversos aspectos fundamentais da mudança semântica, como feito por Platão em seu Diálogo: *Crátilo ou da exatidão dos nomes*. Na verdade, pode-se afirmar que muitos dos assuntos relevantes da semântica moderna já foram enunciados em observações de escritores gregos e latinos.

Uma das questões estudadas pelos gregos e latinos é o fato das mudanças de significado como reflexo de transformações na mentalidade pública: é assim como em estados de guerra e de invasões, a audácia temerária passa a ser considerada como corajosa lealdade enquanto, a hesitação prudente é entendida como covardia. Conforme Ullmann (1964), sobre a atitude tolerante para com a debatida questão da correção da linguagem, Horácio assumiu a ascensão e a queda das palavras da seguinte forma: muitos vocábulos que morreram, terão um segundo nascimento, e muitos daqueles que agora gozam de honra cairão, se assim o quiser o USO, em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a lei da fala.

Proclo, filósofo neo-platônico do século V, estudando o domínio semântico distinguiu certo número de tipos básicos como a mudança cultural, metáfora, alargamento e restrição do significado etc. Esses tipos de recursos continuam a fazer parte dos modernos instrumentos da Semântica. O interesse dos antigos pela palavra não se restringiu às mudanças de significado, pois também fizeram muitas observações pertinentes sobre o seu comportamento na fala efetiva.

O caráter vago das palavras e a diversidade do seu emprego já foram notados na obra homérica quando afirma que as palavras dos mortais têm muitos e variados sentidos, e o âmbito da fala é extenso para um e outro lado. Demócrito assinala duas espécies diferentes de significado múltiplo: a mesma palavra pode ter mais de um sentido e, inversamente, pode haver mais de uma palavra para exprimir a mesma ideia. Para se referir ao termo ou palavra Aristóteles define esta como a menor unidade significativa da fala. O filósofo grego também estabeleceu a distinção entre duas espécies de palavras: as que mantêm o significado mesmo quando isoladas, e as que são “meros” instrumentos gramaticais. Entretanto, aquelas palavras que para a semântica podem ser tidas apenas

como instrumentos, em termos de estrutura são componentes constitutivos da formação sintática da língua sem as quais o discurso fica sem sentido completo.

Embora as ideias greco-romanas a respeito das palavras e seu emprego tenham exercido forte influência sobre a semântica moderna foram, sobretudo, dois fatores que desempenharam um papel decisivo no seu aparecimento na primeira metade do século XIX: primeiro foi o nascimento da filologia comparada e, de modo mais geral, o surgimento da linguística científica no seu sentido moderno e; o segundo fator foi a influência do movimento romântico na literatura, haja vista que os escritores desse movimento consagraram às palavras um interesse vivo e universal, que se estendia do arcaico ao exótico, fascinando-os o poder misterioso e estranho das palavras.

No século I a.C. Varrão codificou a gramática latina considerando a etimologia, morfologia, e sintaxe como as três principais divisões dos estudos linguísticos. Em 1825 C. Reisig começa a criar uma nova concepção de gramática, a qual era dividida em etimologia, sintaxe, e “semasiologia” que considerava uma disciplina de caráter histórico que procuraria estabelecer os princípios que governam o desenvolvimento do significado. Esta disciplina será vista pelos alemães da época como uma saudável reação contra as excessivas preocupações formalistas dos estudos filológicos. Esta primeira fase da semântica (semasiologia) ficou restrita a um grupo reduzido de estudiosos do assunto.

Michel Bréal em 1883 traçou o programa da “nova” ciência, sendo que segundo ele as leis que precedem à transformação dos sentidos, à escolha de expressões novas, ao nascimento e à morte das locuções foram deixadas na sombra ou apenas mencionadas acidentalmente. Bréal afirma que este estudo merece um nome como a fonética e a morfologia e o chama de semântica (σημαινειν), isto é, a ciência das significações. Tanto Bréal quanto Reisig consideravam a semântica como um estudo puramente histórico.

A orientação da semântica em suas duas primeiras fases teve como princípio orientador a ideia de que a sua tarefa primordial era estudar as mudanças de significado, explorar as suas causas, classifica-las de acordo com critérios lógicos, psicológicos etc., e, se possível, formular “leis” gerais e investigar as tendências subjacentes. Nas três primeiras décadas do século XX, segundo Ullmann (1964), o estudo das mudanças de significado teve consideráveis progressos, voltando-se para disciplinas vizinhas como a filosofia,

psicologia, sociologia, história da civilização etc. Esta aproximação dessas ciências visava alcançar uma compreensão mais ampla dos processos semânticos.

Para melhor compreender as mudanças referentes à terceira fase da semântica é preciso retomar a ruptura de Saussure com a orientação histórica da Linguística do século XIX em que mostra haver duas orientações basicamente diferentes e igualmente justificáveis nos estudos da linguagem: uma descritiva ou sincrônica, que a registra tal como ela existe num dado momento; outra histórica ou diacrônica que traça a evolução de seus vários elementos. As duas orientações são complementares, mas não devem ser confundidas.

A semântica contemporânea difere das escolas anteriores em dois aspectos importantes: abandonou a orientação unilateralmente histórica e, embora as mudanças de significado continuem a receber certa atenção, houve uma inequívoca alteração na importância concedida à semântica descritiva. Em segundo lugar, fizeram-se nos últimos anos diversas tentativas de estudo da estrutura interna do vocabulário.

O aparecimento nos primeiros anos do século XX de uma “nova” ciência da estilística teve uma influência profunda nos estudos semânticos. A relação da estilística com a semântica demonstrou que todos os grandes problemas da semântica têm implicações estilísticas. Outro traço distintivo da última semântica é o fato de o centro de interesse ter passado dos princípios gerais para o estudo das línguas particulares.

A semântica contemporânea, como exposto por Ullmann (1964), caracteriza-se, também, por um interesse marcado pelas relações entre a linguagem e o pensamento. Já não se considera a linguagem como mero instrumento de expressão dos nossos pensamentos, mas, sim, como uma influência especial que os molda e pré-determina, dirigindo-os para vias específicas.

Semântica Interpretativa:

O processo de semiose ou interpretação de códigos de um mesmo sistema linguístico deve distinguir a dimensão **sintática** da linguagem que se refere às relações dos signos entre si; a dimensão **semântica** que diz respeito às relações entre os signos ou complexos de signos e os objetos por eles designados; e a dimensão **pragmática** que trata das relações entre os signos e os seus utilizadores.

Ao excluir as questões que surgem quando se tenta traduzir o problema das relações entre palavras e objetos no referente às relações recíprocas entre os signos, na perspectiva de muitos linguistas europeus, resolve-se o problema semântico ao conseguir reduzi-lo a problemas lexicográficos, isto é, quando sistematicamente se estudaram problemas como os da homonímia, polissemia, campos semânticos etc. Não interessa neste contexto partir de uma noção intuitiva de significado, entendido, por exemplo, como “unidade cultural”, e estudar, por assim dizer, a “vida dos significados”, isto é, o complexo de relações, códigos, valores, que venha a ser instaurado, num contexto social, a partir de tais entidades. Interessa aqui problematizar a noção de significado e individuar uma série de pré-requisitos para sua definição adequada. Interessa, igualmente, tratar o problema semântico na base de uma abordagem transformacional da sintaxe. Em outras palavras, torna-se necessário discutir a estrutura que deve assumir o componente semântico de uma gramática transformacional para satisfazer condições de adequação descritiva.

O termo “semântica interpretativa” é tomado como simples componente semântico de uma gramática gerativa transformacional. Se para Chomsky a possibilidade de construir uma gramática não está vinculada a considerações relativas ao significado dos enunciados, isto é, que para descobrir uma gramática não é necessária nenhuma informação semântica é porque existe uma tomada de posição chomskiana em que de acordo com a construção geral do discurso, a afirmação da independência da gramática tinha um caráter *metodológico* preliminar ao estudo efetivo das estruturas sintáticas.

A tentativa de assumir a independência da gramática tendo como corolário uma nítida demarcação das fronteiras entre sintaxe e semântica, não impediu de constatar que existia uma correspondência definida entre a estrutura e os elementos descobertos pela análise gramatical formal, e específicas funções semânticas. Entre os traços formais e os traços semânticos da língua subsiste uma inegável, ainda que imperfeita correspondência. Primeiro se afirmava que os problemas semânticos não eram tratáveis antes dos sintáticos, porém nos trabalhos chomskianos posteriores passa-se a afirmar que é semântico tudo aquilo que permanece não explicado pelos estudos sintáticos.

A semântica enquanto uma série de questões metateóricas trata de explicar a capacidade do falante de usar e compreender um número infinito de enunciados a partir de uma

experiência necessariamente limitada, isto é, fundada em um número finito de enunciados. Essa capacidade do falante deve-se a sua habilidade linguística de formar um conjunto de regras recursivas que projetam o conjunto finito de enunciados encontrados por ele, no conjunto infinito de enunciados da língua. Isto é, a compreensão dos enunciados nunca antes vistos pelo falante é composicional, o que implica dizer que as regras conhecidas pelo usuário de uma língua lhe permitem determinar o significado de novos enunciados, que constituem uma nova combinação de elementos conhecidos.

(...) nada pode parecer mais ilimitado do que o pensamento humano, que não apenas escapa a toda autoridade e a todo poder do homem, mas também nem sempre é reprimido dentro dos limites da natureza e da realidade. Formar monstros e juntar formas e aparências incongruentes não causam à imaginação mais embaraço do que conceber os objetos mais naturais e mais familiares. (...) Pode-se conceber o que ainda não foi visto ou ouvido, porque não há nada que esteja fora do poder do pensamento, exceto o que implica absoluta contradição. Entretanto, embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificaremos, através de um exame mais minucioso, que ele está realmente confinado dentro de limites muito reduzidos e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou de diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência (HUME, 1992, p. 70).

O processo de interpretação dos enunciados por parte do falante/ouvinte permite conceber o significado dos enunciados da língua como sendo o resultado da associação dos elementos atômicos da linguagem. Esse posicionamento atribui ao significado dos elementos atômicos da língua a natureza definível de modo completo e autônomo, independentemente de suas relações recíprocas. O componente semântico apresenta duas partes: um dicionário, que fornece a significação a cada elemento lexical e; um conjunto finito de “regras de projeção”, que atribuem uma interpretação semântica a cada sequência gerada pelo componente sintático. O componente semântico é estritamente interpretativo e não gerativo, pois ele não acrescenta nenhuma informação nova àquelas já contidas nos indicadores sintagmáticos gerados pelos componentes sintáticos, mas simplesmente traduz em complexos significantes entidades formais abstratas.

A tentativa de reduzir uma construção semântica ao estudo das relações que intercorrem entre signos já tomados como significantes leva, necessariamente, da construção de uma teoria semântica à construção de uma lexicografia em que o problema central não é mais a estrutura do significado, mas a estrutura da interpretação, sendo assim o ponto de partida dessa “semântica” é, pois, um significante lexical, e o problema que aqui se põe é

o da interpretação, isto é, o da identificação de seu significado. Uma teoria desse tipo se reduziria a um arranjo dos significados e das acepções correspondentes a um significante, isto é, a um aspecto da práxis lexicológica.

Uma perspectiva lexicográfica conduz à convicção de que os elementos lexicais da língua são definidos independentemente de suas relações recíprocas e, portanto, induz na recusa em considerar o enunciado como o verdadeiro objeto de uma teoria semântica. O significado de um enunciado pode ser tratado, afinal, como o significado de um signo, e não como um legítimo nível de organização da linguagem. Se a explicitação do significado lexical de uma palavra se dá por meio de outras palavras, desencadeia-se um processo circular de interdefinições no qual, para definir o significado de um termo, se recorre a termos que, por sua vez, devem ser definidos, chegando-se, no melhor dos casos a uma sequência de definições por sinonímia.

Semântica Gerativa:

A Semântica Gerativa dirige sua principal crítica à teoria chomskiana que se fundamenta na noção de estrutura profunda, que é um conceito central e rico de implicações epistemológicas. A estrutura profunda satisfaz a dois postulados teóricos fundamentais: a separação de sintaxe e semântica, em virtude da qual a estrutura profunda é uma entidade exclusivamente sintática tendo como contrapartida a *interpretação* semântica e; a forte caracterização da estrutura profunda como entidade sintática, razão pela qual é nela que se aplicam todas as operações sintáticas semanticamente relevantes.

A separação entre sintaxe e semântica na qual se funda a noção de estrutura profunda se revela inadequada para explicar vários fenômenos linguísticos, haja vista que as propriedades sintáticas de determinadas entidades linguísticas só se explicam através do recurso às suas propriedades semânticas. Um dos indicadores da “boa formação” na gramática transformacional é o nível semântico no qual as restrições seletivas funcionam como condição dessa boa formação. As restrições seletivas não podem deter um status independente dos significados, quando cada diferença de restrição seletiva é reconduzível a uma diferença de significado. Nenhum traço não-semântico associado aos nomes desempenha qualquer papel na seleção, mas as restrições são fundadas na propriedade semântica que designa tanto o unitário quanto o conjunto na construção do sentido

gramatical, sendo que as representações semânticas garantirão a boa formação dos enunciados.

Quando as representações semânticas são expressas em categorias sintáticas, a distinção entre sintaxe e semântica torna-se sem sentido. Quando a estrutura sintática do enunciado se identifica com a sua representação semântica, esta passa a ser identificada com o objeto formal gerado pela base do componente semântico da gramática e, não, sintático. O significado dos elementos individuais em unidades mínimas só pode ser decomposto a partir da estrutura semântica do enunciado, pois os termos lexicais isolados carregam possíveis sentidos que uma determinada construção sintática, embora bem formulada, pode mudar conforme suas referências e determinantes.

Serão aceitos como gramaticais os enunciados intuitivamente definíveis como “verdadeiros” e “falsos”, pois os elementos últimos das representações semânticas não correspondem necessariamente às palavras que comparecem na estrutura superficial do enunciado. Isto significa que as representações semânticas não contêm material lexical, mas material semântico e, desse modo, estabelece-se uma distinção de princípio entre lexicografia e semântica.

Os postulados de significação devem oferecer condições semânticas de boa formação para as formas lógicas dos enunciados e, em consequência, decorre a exigência de construir uma semântica em que, como premissa para a explicitação da noção de significado, seja possível dar conta das condições de verdade dos enunciados. Essa exigência pressupõe a existência de uma estrutura sintática do enunciado, cuja identificação não coincide imediatamente com a representação da estrutura semântica do próprio enunciado, embora a estrutura sintática seja parte da representação semântica do mesmo. Nas relações lógico-sintáticas se estabelecem regras de funcionalidade gramatical que fixam a existência ou não de significado dos enunciados, porém, nem a lógica nem a sintaxe conseguem individuar qual é o significado do enunciado por ser domínio da semântica que, por sua vez, não está restrita à função associativa e referencial do léxico.

Semântica Estrutural:

Estrutura é uma entidade autônoma de dependências internas. A Estrutura, longe de ser uma simples combinação de elementos, é um todo formado de fenômenos solidários tais, que cada um depende dos demais e só pode ser o que é em e por sua relação com os demais. Do ponto de vista estrutural o domínio do vocabulário é apresentado num espectro cético, pois o mesmo é instável, muda constantemente, num estado de língua há um vaivém incessante de novas palavras que se forjam à vontade e segundo as necessidades, assim como palavras antigas que caem em desuso e desaparecem. Enfim, o vocabulário se apresenta, numa abordagem inicial, como a negação mesma de um estado, de uma estabilidade, de uma sincronia, de uma *estrutura*.

Se a lexicologia é entendida como um compartimento vazio na sistemática da Linguística, forçosamente passará a ser uma simples lexicografia, ou enumeração de um amontoado de empregos diferentes e aparentemente arbitrários de significados. Eis por que a semântica, fruto tardio entre as disciplinas linguísticas, nasceu de um diacronismo e, em parte, de um psicologismo exclusivos, tendo dificuldades para encontrar suas bases no quadro da linguística estrutural. Porém, a semântica clássica tendeu a perder-se em ensaios literários, enquanto a semântica estrutural ainda se encontra em fase de consolidação, suscitando interesses diversos.

A substância semântica apresenta, conforme Hjelmslev (1991), dois níveis hierárquicos que são: o nível físico cuja descrição das coisas significadas não consegue caracterizar o uso semântico adotado em uma comunidade linguística pertencente à língua que se deseja descrever e; o nível da percepção e avaliação ou apreciação coletiva, sendo que para dar uma descrição exaustiva do conjunto é preciso descrever todos os níveis e suas relações mútuas, cabendo à descrição por avaliação a primazia na hierarquia dos níveis adotados por uma comunidade. A descrição semântica deve consistir numa aproximação da língua às demais instituições sociais e constituir o ponto de contato entre a linguística e os demais ramos da antropologia social, pois uma só “coisa” física pode receber descrições semânticas bem diversas segundo a civilização considerada, e isso não é válido só para os termos de apreciação imediata como “bom” ou “ruim”, nem somente para as coisas diretamente criadas pela civilização, mas também para as coisas da natureza.

Não apenas “cavalo”, “cachorro”, “montanha”, “pinheiro” etc., serão definidos diferentemente numa sociedade que os conhece (e os

reconhece) como coisas nativas e numa outra para a qual permanecem como fenômenos estranhos. Mas o elefante é algo muito diferente para um hindu ou um africano que o utilizam e o cultuam, que o temem ou amam, e, por outro lado, para uma sociedade europeia ou americana, para a qual o elefante existe apenas como um objeto de curiosidade exposto num jardim zoológico e nos circos ou exposições. O “cachorro” receberá uma definição semântica inteiramente diversa entre os esquimós, onde é um animal de tração, entre os parses, de quem é o animal sagrado, numa sociedade hindu, onde é renegado como pária, e nas sociedades ocidentais, onde é sobretudo o animal doméstico para a caça ou vigilância. Em todos esses casos a definição zoológica seria, do ponto de vista linguístico, nitidamente insuficiente. Cumpre compreender que não se trata de uma diferença de grau, mas de uma diferença essencial e profunda (HJELMSLEV, 1991, p. 125).

Além dos níveis da substância semântica existem níveis nas próprias unidades: signos mais extensos (palavras), signos mínimos (raiz, afixos), partes de signos. Ao nível do signo (palavra) o quantitativo das unidades é frequentemente ilimitado, sendo que os nomes substantivos de uma língua normalmente constituem uma *classe aberta*. As classes abertas, contudo, opõem-se às *classes fechadas*: palavras-instrumentos, afixos, desinências etc. Mencionamos como exemplo as preposições, as conjunções e, de modo geral, tudo o que se conhece sob a designação de classes gramaticais. As classes fechadas encontram-se no domínio próprio do léxico: entre os adjetivos primários frequentemente há pequenas classes fechadas, em geral com dois membros (feio/bonito).

Uma descrição estrutural só se poderá efetuar sob a condição de poder reduzir as classes abertas às classes fechadas. Na descrição estrutural do plano da expressão, tem-se conseguido operar essa redução, concebendo-se os signos como compostos de elementos, dos quais, um efetivo relativamente baixo, basta para levar a cabo a descrição. A descrição semântica não se reduz à pura descrição semântica dos elementos de conteúdo separados pela análise, mas subsiste a necessidade de descrever a manifestação das unidades maiores. A significação da palavra, antes como depois da análise, permanece como um assunto essencial da semântica, e a “palavra semântica”, a palavra lexical ou a palavra pura e simples reclamam os seus direitos.

No estudo das classes fechadas que, em geral, constituem a Estrutura de uma língua, verifica-se que as preposições, entre outros instrumentos gramaticais, apresentam diferentes acepções que partem desde um significado material, desdobrado em forma de uma cadeia de gradações e matizes semântica até alcançar um sentido imaterial e abstrato, manifestado no discurso construído pelo falante. Não é fácil apreender a

diversidade de relações expressas por uma mesma preposição, porque sabemos que muitas acepções primitivas desaparecem ou são substituídas por outras que se distanciam muito da significação original. É importante considerar as alterações semânticas ocasionadas pelas influências externas e temporais que a língua portuguesa vem sofrendo no decorrer da sua história, pois nos permite observar que o caráter estável destas partículas se encontra na própria estrutura do idioma.

Said Ali (1964) afirma que algumas preposições vieram para o português e continuaram a ser usadas da mesma forma do latim, outras, no entanto, tiveram novas aplicações de significado além das antigas. Originariamente cada preposição teve um sentido delimitado, mas a associação de ideias tornou possível o alargamento do domínio semântico de algumas a ponto de invadirem umas o domínio das outras e confundirem a aplicação na prática. As preposições têm sua referência de significação na estrutura interna da língua, visto que a base de sua constituição é de vocábulos que não possuem significado quando aparecem isolados. São elementos gramaticais que contribuem para dar sentido à oração:

Tal como seria expresso por uma escola moderna de pensamento, as palavras plenas são “auto-semânticas”, significativas por si próprias, enquanto que os artigos, preposições, conjunções, pronomes, advérbios e outros são “sinsemânticos”, significativos apenas quando aparecem acompanhados por outras palavras (ULLMANN, 1964, p. 94).

O autor mencionado ao conceituar as “palavras-formas” afirma ser a sua função muito mais sintática do que lexical, porque, no contexto, elas se aproximam mais das flexões que do significado das “palavras plenas”. Enquadram-se, as primeiras, na categoria de instrumentos gramaticais, – palavras-instrumentos segundo a denominação de Hjelmslev (1991) – diferentes dos termos independentes.

As palavras, no contexto do discurso, além do seu sentido próprio, podem apresentar sentido metafórico, ou seja, transferência de uma acepção para outra. Segundo Nascentes (1960), estas mudanças de significação geralmente são devidas a dois fatores: generalização do especial e especialização do geral. Nesse trocadilho o autor considera a gramatização que as palavras sofrem ao longo do tempo. Como exemplos ele utiliza o verbo “britar” que possuía o sentido genérico de “quebrar” e tomou um sentido mais restrito “quebrar pedras” ou, a palavra “cavalo” que antes era utilizada para caracterizar

“cavalo ruim”, e passou a significar qualquer tipo de cavalo, sendo que neste último caso, houve uma generalização do significado.

Said Ali (1951) utiliza conceito semelhante ao de Nascentes para indicar alteração semântica, e o faz ao definir este processo como extensão de um termo de sentido especial que passa a ter sentido geral e *vice-versa*. As mudanças de significação que ocorrem nos vocábulos ao longo do tempo e do espaço fazem parte do domínio da semântica e podem ser observadas pela metonímia que, segundo Dubois (1997), é o fenômeno linguístico pelo qual uma noção é designada por um termo diferente do que seria necessário, estando as duas noções ligadas por uma relação de causa e efeito, sendo um exemplo de metonímia o seguinte: João avistou uma vela no horizonte (ao invés de avistar um barco); pela analogia: entendida como o caráter de regularidade atribuído à língua; pelo eufemismo: maneira suavizada de exprimir fatos ou ideias cuja denotação pode ferir como se depreende do seguinte exemplo: Maria é muito cautelosa (ao invés de medrosa).

Ao observar, numa perspectiva estruturalista, o caso da língua portuguesa falada no mundo, percebe-se que esta é única, possui a mesma estrutura, no entanto o seu léxico sofre alterações no tempo e no espaço, fato constatado ao compararmos o léxico da língua portuguesa utilizado no espaço geográfico da América (Brasil) e Europa (Portugal). Nesta diferença observa-se que a mesma palavra “rapariga”, no primeiro assume uma conotação pejorativa (prostituta) e no segundo, moça de boa família. No Brasil, dependendo da região, temos palavras com significação diferenciada como se constata na palavra “canjica” que, enquanto no Sul indica o milho branco cozido em água ou leite com açúcar, amendoim e coco, no Norte é um purê de milho verde. Todavia, é preciso salientar que: “por muitas que sejam as significações de um vocábulo, só uma delas entra de cada vez em cena, de modo que podemos considerar cada acepção como vocábulo independente” (SAID ALI, 1951, p. 84).

Antenor Nascentes (1960) examina algumas mudanças de significação das palavras e como este processo se dá em relação à fonética, morfologia e sintaxe. Há palavras que mudam de sentido conforme a acentuação: válido e valido; conforme o timbre: fôrma e forma. Na morfologia a alteração de significado se relaciona ao número: ar e ares; ao gênero: o moral e a moral. Na sintaxe a regência acarreta mudanças: o julgamento em

Nuremberg não é o mesmo que o julgamento de Nuremberg. A sintaxe de colocação, também altera a significação das palavras: pequena mulher não é o mesmo que mulher pequena. Estes são alguns exemplos de mudanças semânticas que podem ocorrer em um idioma quando se usam modos permitidos dentro de sua estrutura. Isto implica em afirmar que a mudança da ordem sintática, nas línguas analíticas, impõe transformações de natureza semântica.

Semântica e Pragmática:

Entende-se que linguagem somente existe enquanto “código”, sendo que este como meio de comunicação é constituído por um conjunto de regras que orientam o processo de codificação/decodificação, na medida em que direciona as funções dos “signos”. Os códigos que se combinam mediante certas regras têm por finalidade a ativação do signo que se constitui como a associação de um conteúdo a uma expressão: o conteúdo é a mensagem, a informação e a imagem mental; é, por conseguinte, algo abstrato. A expressão, por sua vez, é a sua manifestação exterior e, como tal, é algo sensorial e concreto.

O estudo do significado das formas linguísticas apresenta dois problemas: primeiro, é a pergunta sobre qual a porção do significado oriundo da interpretação das estruturas e dos itens léxicos (semântica); segundo, é saber qual a porção que provém do conhecimento que o falante tem das formas extralinguísticas (pragmática). A compreensão dos enunciados não é função exclusiva de um processamento das estruturas linguísticas contidas nelas, mas a compreensão também é uma função parcial de nossa percepção da situação em que nos encontramos.

O signo é um valor mentalizado por cada indivíduo pertencente a um grupo, e é dotado de uma manifestação física construída consensualmente pelos diversos indivíduos de uma comunidade comunicativa que estabelece conjuntos de signos com suas regras combinatórias, as quais instituem os códigos que definirão as regras de entendimento dos textos de diferente natureza. O maior ou menor grau de exatidão no processo de decodificação que ocorre na atividade da tradução está associado, em parte, à importância atribuída aos sub-códigos linguísticos de ordem pragmática e que podem ser:

- Diatópicos: sub-códigos de ordem geográfica que mostram, por exemplo, como apesar de Angola, Moçambique, Portugal, Brasil etc., possuem o mesmo código linguístico, cada país apresenta peculiaridades nacionais próprias.
- Diatrático: sub-código de nível de formalidade ou classe social. Uma comunidade linguística apresenta três sub-códigos caracterizados como “A” ou modelo ideal de uma comunidade linguística, caracterizado pela formalidade e sua predominância na modalidade escrita; “C” ou oposto ao modelo de ideal linguístico, e se realiza mais na fala do que na escrita; “B” é o sub-código menos marcado por situar-se no meio termo entre os sub-códigos “A” e “B”.
- Diacrônico: sub-código temporal que remete ao fato de que os membros de uma comunidade linguística reconhecem as variações intergeracionais, além de entender que entre períodos de tempo pode-se identificar as modificações ocorridas na língua. Os arcaísmos e os neologismos pertencem a este tipo de sub-código.
- Grupais: sub-códigos que identificam certos grupos sociais como acontece com os jargões técnicos e profissionais, e gírias de grupos sociais específicos.
- Idioletais: sub-códigos que identificam na estrutura fonológica, lexical e, às vezes, na sintaxe da fala, principalmente, os sujeitos de regiões demarcadas não só geograficamente, mas também por traços históricos e culturais comuns.

O processo de interpretação compreende duas etapas: a primeira consiste em extrair do enunciado o que é possível depreender a partir da estrutura formal (morfo sintática), e o resultado é uma representação semântica chamada de “significado literal” do enunciado; na segunda etapa a representação semântica se associa a fatores ligados ao contexto da comunicação e ao conhecimento prévio existente na memória do falante e do ouvinte, sendo que daí resulta o que se chama de “significado composicional” ou final.

Em muitos casos o significado literal vem à tona, sem interferência de fatores pragmáticos. Em outros casos, o significado literal não é mais do que um estágio na composição do significado final. O componente que produz o significado literal denomina-se **semântica**, enquanto o componente que computa o significado final com base no significado literal, mais fatores extralinguísticos, chama-se **pragmática**. Esta última concerne às características da utilização da linguagem, tais como motivações psicológicas dos falantes, reações dos interlocutores, tipos socializados da fala, objeto da fala etc., por oposição aos aspectos sintáticos como são as propriedades formais das

construções linguísticas; e aspectos semânticos constituídos pela relação entre as unidades linguísticas e o mundo.

Pode-se supor que a semântica e a pragmática podem ser descritas separadamente e ao lado da sintaxe, morfologia, fonologia etc., embora a hipótese da separação da semântica e da pragmática em componentes distintos não seja universalmente aceita. As formas linguísticas são interpretadas por um componente semântico que, por sua vez, é composto por regras chamadas “regras de interpretação semântica”, além de outros mecanismos tais como filtros e restrições várias ou, restrições seletivas como propriedades semânticas, segundo Chomsky.

O resultado da aplicação das regras de interpretação às formas linguísticas é uma representação semântica, que corresponde ao significado literal. Essa representação semântica poderá ser ainda alterada por razões pragmáticas, antes que se obtenha o significado composicional ou final. As representações semânticas apresentam dois aspectos da descrição semântica de uma língua que são: a semântica dos itens lexicais que se ocupa do significado individual dos itens léxicos, isto é, da descrição dos traços semânticos que caracterizam o significado de cada um deles e; a semântica das formas gramaticais que descreve a contribuição da estrutura morfossintática à interpretação semântica, sendo que, a semântica das formas gramaticais é descrita através de regras semânticas que se aplicam a estruturas morfossintáticas e lhes atribuem uma interpretação.

O componente semântico da gramática constitui um conjunto de regras que atribuem às estruturas certas representações semânticas. Cada item léxico compreende, ao lado da matriz fonológica, sintática, e morfológica, também traços semânticos. A matriz semântica compreende, por sua vez, traços bastante gerais, isto é, que também se aplicam a outros itens como “ação”, “evento”, “compatibilidade” etc. Assim compreendido, o componente semântico tem a função de derivar representações de sentido a partir dos itens léxicos e das funções sintáticas.

A mal-formação lógica da frase pode ser uma representação sintática e morfológicamente correta. Mas a representação semântica que desobedece às condições de um termo da oração (beber papel) é marcada como mal-formada. As regras semânticas, como as

demais, podem funcionar como uma espécie de filtro, bloqueando frases que apresentam uma má formação.

A tradução é ato de transpor uma mensagem cifrada em um código de origem para outro denominado de código destino. Essa transposição do código de origem exige um profundo conhecimento dos sub-códigos da língua de origem, mas essa passagem de um sistema cifrado para outro nem sempre é possível que aconteça de modo literal, exigindo do tradutor uma alta dose de interpretação, mesmo que as regras da hermenêutica não sejam suficientes para realizar uma tradução plenamente confiável, e seja exigido um domínio lógico, semântico e pragmático da língua para que essa tarefa possa se aproximar de um ideal de credibilidade.

A ideia de uma gramática universal que fixe as formas de significação indispensáveis a qualquer linguagem, e permitam pensar com toda a clareza as línguas empíricas como realizações “embaralhadas” da linguagem essencial supõe que esta seja um dos objetos que a consciência constitui soberanamente e, as línguas atuais, casos muito particulares de uma linguagem possível cujo segredo a consciência detém: sistemas de signos ligados à significação delas por relações unívocas e suscetíveis, tanto em sua estrutura como em seu funcionamento, de uma explicação total.

A linguagem colocada como um objeto diante do pensamento não poderia desempenhar com relação a ele senão o papel de acompanhante, de substituto, de auxiliar ou meio secundário de comunicação. Em contrapartida, em textos mais recentes a linguagem aparece como uma maneira original de visar certos objetos como o corpo do pensamento ou mesmo como a operação pela qual pensamentos, que sem ela permaneceriam fenômenos privados, adquiririam valor intersubjetivo e finalmente existência ideal.

A fenomenologia da linguagem não pretende objetivar todas as línguas possíveis perante uma consciência constituinte universal e intemporal, mas, contrariamente, busca tratá-la como uma volta do sujeito falante ao contato com a língua que fala. As diversas ciências que têm a linguagem como objeto de estudo tendem a vê-la no passado, considerando a longa história de uma língua, com seus acasos e revoluções de sentido que a constituem naquilo que é no presente. O estudo do sentido de uma língua que tenha como alicerce um conjunto de incidentes e processos históricos torna incompreensível que a língua

possa significar seja o que for sem equívocos. Considerar a linguagem como fato consumado e resíduo de atos de significação do passado implica em deixar escapar a clareza própria da fala e a fecundidade da expressão.

Pensar numa semântica histórica nos leva à associação de constructos fragmentários de interpretações possíveis resultantes do conjunto das perspectivas fornecidas pela Antropologia, História, Filosofia, Filologia, Lexicologia etc. Uma língua vista como simples amontoado de signos é incapaz de expressar qualquer coisa, de onde decorre a necessidade da individuação pelo uso, das necessidades de expressão, pois assim como “X” pode significar *xis*, também pode ser indicador de multiplicação, de indeterminação (*x* quantidade), numeral romano, marcador de alternativas ou de interdições etc. Tal exemplo nos conduz a aceitar a afirmação de Merleau-Ponty (1991), de que não há na língua senão diferenças de significado e, ainda em referência a Saussure afirma:

Se finalmente ela (a língua) quer dizer e diz algo, não é porque cada signo veicule uma significação que lhe pertenceria, é porque fazem todos juntos alusão a uma significação sempre protelada quando os consideramos um a um, e na direção da qual os ultrapasso sem que eles nunca a contenham (Merleau-Ponty: 1991, p. 94) (grifo meu).

A Semântica enquanto domínio da Linguística vai ocupando novos espaços na pesquisa acadêmica e se torna cada vez mais clara a diferença da semântica com a Lexicologia, Filologia, Lógica entre outros domínios do conhecimento; enquanto se firma a convicção de que a fonologia, morfologia, sintaxe tanto quanto a antropologia, história, filosofia etc., são partes de um todo que ajudam a constituir os sentidos da língua que a semântica desvenda seguindo as regras da “boa formação” determinadas pelo caráter funcional atribuído pelas exigências comunicacionais da sociedade.

Considerações Finais:

A Semântica é uma área importante da Linguística que surgiu de uma síntese da etimologia (estudo da origem das palavras), e da lexicologia (estudo do significado das palavras). O sentido dos termos e sentenças de uma língua não se restringe ao conhecimento da origem das palavras individuais do idioma, como tampouco se reduz ao domínio de um número expressivo do léxico usado em certo espaço e tempo social, pois termos deixam de existir, outros mudam de sentido ou adquirem novas conotações, e outras palavras são incorporadas ao vocabulário utilizado por grupos de falantes.

A Semântica emerge como uma alternativa ao problema da correção das regras lógico-sintáticas que apresentam normas de “boa composição” formal, mas que não satisfazem aos princípios de significação real. A análise profunda (interna) dos termos e das proposições de um discurso deve ser acrescida do valor externo atribuído às sentenças que cumprem as normas de formação sintática. Isto é, os filtros que corrigem a “mal-formação” sintática têm de servir de reforço para os filtros que previnem a mal-formação semântica para, desse modo, alcançar-se uma significação final que não sobreponha forma e conteúdo real.

Pode-se afirmar que o sentido final do discurso, apresentado pela Semântica, somente se concretiza depois de identificar o valor externo decorrente da análise sintática, além do significado lexical, aliado à análise profunda obtida das relações textuais, contextuais e extra-textuais como são os fatores culturais, econômicos, históricos, políticos, geográficos, de gênero e demais circunstâncias crono-tópicas que envolvem o fenômeno da linguagem. Estes e outros elementos ajudarão no processo de interpretação, e que são fundamentais para a determinação do sentido do discurso, haja vista que a Semântica não define significações com valores fixos como o faz a lexicografia, mas desvenda sentidos possíveis dos termos dentro de determinados contextos.

Referências

- BONOMI e USBERTI. *Sintaxe e Semântica na Gramática Transformacional*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. 4 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- DUBOIS, Jean. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- HJELMSLEV, Louis. *Ensaio Linguísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. 5 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1992.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3 ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- SAID ALI, Manoel de. *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*. 2 ed., Rio de Janeiro [Edição da “Organização Simões”], 1951.

_____. *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3 ed., Brasília: EdunB, 1964.

ULLMANN Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964.